



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo regimental nº 187277-5/01 - Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: José André da Silva.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EXAME DE SAÚDE. AMETROPIA. IRREGULARIDADE DO ATO DESCLASSIFICATÓRIO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA. 1. A deficiência visual ensejadora da desclassificação do agravado do certame não se afigura incapacitante para o exercício da função, podendo ser, inclusive, plenamente corrigida por meio de intervenção cirúrgica ou lentes corretivas. 2. Afigura-se desarrazoada a exigência editalícia, acarretando a invalidade do ato desclasificatório. 3. Precedentes do STJ e desta Corte de Justiça. 6. Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso de agravo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 187277-5/01, acima referenciado, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, em sessão realizada na data de 20/08/2009, por maioria, no sentido de negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto, da ementa e das notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 17/de dezembro de 2009

ds

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator

5470



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Salvato Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo regimental nº 187277-5/01 – Comarca de Recife

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravado: José André da Silva.

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo regimental em face de decisão que negou a suspensividade requerida no agravo de instrumento apensado, possibilitando ao agravado participar de todas etapas do Concurso para Soldado da Polícia Militar de Pernambuco ano 2006.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois o ato de exclusão do ora agravado do certame deu-se em face de limitação na sua acuidade visual (ametropia), afigurando-se como causa incapacitante para o exercício da atividade policial nos termos do edital regulador do concurso.

Entendo por não exercer o juízo de retratação, e apresento o recurso de agravo regimental para julgamento nesta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 6 de agosto 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Agravo regimental nº 187227-5/01 - Comarca de Recife
Agravante: Estado de Pernambuco.
Agravado: José André da Silva.

VOTO

Consta dos autos, de fls. 28, que o ora agravado, candidato aprovado nas etapas iniciais do certame em referência, foi submetido a exame médico a cargo da banca examinadora, a qual constatou de deficiência visual (ametropia), que segundo os termos da Portaria Geral do Comando da Polícia Militar nº 044/94, parte integrante do Anexo Único do Edital do certame, afigura-se como vedatória ao ingresso na carreira militar estadual.

De logo, cabe mencionar que, em se tratando de concurso público, a doutrina e a jurisprudência pátria consagraram o entendimento de que a Administração tem liberdade para a fixação dos critérios e normas previstas no edital, desde que sejam observados os preceitos da Carta Magna de 1988.

Assim, as exigências previstas num edital de concurso público só se afiguram como válidas quando guardam uma íntima relação com o bom desempenho da função, não sendo assim, funcionam como instrumento para possíveis arbitrariedades.

No caso concreto, verifico que a deficiência visual (ametropia) ensejadora da desclassificação do ora agravado no certame não se afigura como incapacitante para o exercício da função, podendo ser, inclusive, plenamente corrigida por meio de intervenção cirúrgica ou utilização de lentes corretivas, razão pela qual constato que a regra editalícia mencionada fere, flagrantemente, os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, estabelecendo exigência impertinente ou irrelevante para o específico desempenho da função.

Neste sentido os seguintes julgados do STJ e desta Corte de Justiça:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. REPROVAÇÃO NO EXAME DE SAÚDE. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DAS REGRAS ELENCADAS NO EDITAL. NÃO CONFIGURADO. CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. APELO IMPROVIDO. 1. Edital do referido concurso e a Portaria do Comando Geral nº 044/91 - CRESEP prevêm, entre outras hipóteses, que será considerado inapto o candidato portador de "doença do aparelho gênito - urinário", incluindo-se aí varicocele esquerda. 2. Tal regra fere os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, estabelecendo exigência impertinente ou irrelevante para o específico objeto do certame, tendo em vista que não constitui critério plausível para auferir aptidão em concurso para serviço público, além de que pode ser perfeitamente

corrigida. 3. Jurisprudência desta Corte de Justiça e do STJ. 4. Apelo improvido, mantido o julgado em todos os seus termos. 5. Decisão por unanimidade (TJPE, AI 130487-8, 8CC, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, DJ 02/08/2007).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO DF. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 333 DO CPC E 11 DA LEI FEDERAL Nº 7.289/84. INOCORRÊNCIA. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. I – Se o e. Tribunal de origem, reconhecendo a legalidade e validade da exigência do exame médico previsto no edital do Concurso Público para ingresso no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do DF, bem como a deficiência visual do candidato, entendeu, entretanto, que o mesmo não poderia ter sido reprovado do certame apenas por não possuir acuidade visual, porquanto imperfeição perfeitamente curável, não há que se falar em violação aos arts. 333 do CPC e 11 da Lei nº 7.289/84, principalmente porque a questão foi decidida levando-se em consideração os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. II – Quanto ao dissídio, o recurso não pode ser conhecido porque os paradigmas apresentados pelo recorrente ou são oriundos do mesmo tribunal prolator da decisão recorrida (Súmula 13/STJ), ou não possuem identidade fática com o caso em exame, ou porque a divergência aventada não foi devidamente demonstrada nos moldes do art. 255 do RISTJ. Recurso não conhecido (STJ, REsp 485800/DF, T5, Rel. Min. Felix Fischer, DJ 28/04/2003).

Feitas estas considerações, voto pelo improvimento do presente agravo regimental.

É como voto.

Recife, 6 de agosto de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 0187227-5/01

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: José André da Silva

RELATOR: Des. Ricardo Paes Barreto

VOTO-VISTA

Trata-se de **agravo regimental** em face de decisão pela qual o eminente Relator **negou efeito suspensivo** a Agravo de Instrumento aforado pelo **Estado de Pernambuco** contra antecipação de tutela deferida em primeiro grau no sentido de assegurar ao ora agravado o direito de participar do Curso de Formação de Soldados, muito embora tenha ele sido considerado "inapto" no exame de saúde, mais especificamente no exame oftalmológico.

Considerou o eminente relator que *"a deficiência visual (ametropia) ensejadora da desclassificação do agravado no certame não se afigura como incapacitante para o exercício da função"*.

Pedi vistas para melhor exame. Passo a votar.

Segundo se colhe da *Wikipedia* (enciclopédia livre disponível na internet), "ametropia" significa "erro refrativo da refração ocular" e causa "perda da nitidez da imagem da retina. Engloba a miopia, a hipermetropia (simples ou ligada à idade, esta última conhecida como presbiopia) e o astigmatismo entre outras. As ametropias são corrigidas com o uso de óculos, ou adaptação de lentes de contato ou cirurgia refrativa".

No caso dos autos, o próprio agravado promoveu, com a inicial, a juntada de atestados que afirmam ter ele a acuidade visual de 20/80 no olho direito (=0,25) e 20/60 no olho esquerdo (= 0,33).

Ou seja, o agravado não atende aos critérios exigidos para o exame sem correção, nos termos da Portaria do Comando Geral nº 044/CRESEP, de 06.01.1994.

Dita Portaria estabelece, em seu anexo único, XVI ser causa de incapacidade:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

"XVI - OFTALMOLOGICAS

1 - Acuidade visual

a) Para o CFSd, acuidade visual abaixo de 0.5 em cada globo ocular, sem correção, sendo tolerada 0.3 em um olho e 0.7 no outro, quando com correção ambos os olhos chegarem 1.0 ou ainda a baixa visual de até 0.2 em um dos olhos quando o outro tiver igual a 1.0, tudo sem correção (devendo assegurar visão 1.0 em ambos os olhos quando com correção).

b) Para o CFO e QOS (ou outros especialistas a critério do Comando Geral), acuidade visual abaixo de 0.2 em cada olho, sem correção, devendo ser observado:

1) Quando a acuidade visual for igual ou superior a 0.2 em cada olho, a correção visual (óculos ou lentes de contato) deve assegurar visão 1.0 em ambos os olhos;

2) Será ainda tolerada acuidade visual abaixo de 0.2 em um olho, quando ambos os olhos atingirem 1.0 com correção visual.

2 - Anomalias congênitas;

(...)

Pois bem.

Registro, inicialmente, o entendimento jurisprudencial de que não fere o princípio da isonomia, erigir fatores de avaliação em concursos públicos, desde que guardada a devida razoabilidade com a natureza do cargo em certame.

No ponto, assentou o STF:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA. ALTURA MÍNIMA. REQUISITO. RAZOABILIDADE DA EXIGÊNCIA. 1. Razoabilidade da exigência de altura mínima para ingresso na carreira de delegado de polícia, dada a natureza do cargo a ser exercido. Violação ao princípio da isonomia. Inexistência. Recurso extraordinário não conhecido." (RE 140889/MS).

Assim, a primeira questão está em perquirir se a acuidade visual pode ser validamente exigível como requisito de saúde para o provimento do cargo.

Penso que sim, na medida em que a função policial militar tem como pressuposto óbvio a capacidade de bem visualizar pessoas e coisas, em caráter especialíssimo até, quando se trate de manejar de armas de fogo.

Posto isso, impende verificar se as limitações constantes do edital se afiguram harmônicas, ou não, com o princípio da razoabilidade.

Também aqui tenho por afirmativa a resposta, ao menos neste juízo de cognição sumária.

Com efeito, o exame da norma editalícia leva à compreensão de que não se exige que o candidato tenha visão perfeita, em ambos os olhos, sem correção.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Exige-se, de um lado, que, com correção, o candidato tenha visão perfeita em ambos os olhos.

Mas, de outro lado, estatui-se que determinados níveis de deficiência visual incapacitam para o exercício da função, ainda que essa deficiência possa ser suprida com o uso de lentes corretoras.

Ora, tendo em conta o me é dado saber à luz do senso comum, o uso de óculos ou mesmo de lentes corretoras em alguma medida restringe a atividade humana normal, sobretudo a atividade física.

No mínimo implica em uma dependência para com os óculos ou para com as lentes.

Nesse contexto, tenho que os níveis de deficiência visual incapacitante contidos no edital, denotam deficiência visual severa, a indicar dependência absoluta do uso de óculos ou lentes, circunstância que certamente limita o desempenho do policial.

Desse modo, por entender legítima, em linha de princípio, a exigência editalícia em tela, peço vênica para **dar provimento** ao presente Regimental, com a conseqüente atribuição de **efeito suspensivo** ao Agravo de Instrumento interposto pelo Estado.

Recife, 14 de agosto de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE/RELATOR)

Eu ouço o Desembargador José Ivo.

DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

Acompanho o voto do Relator.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Eu peço vista, Senhor Presidente, porque não conheço essa ametropia, não sei o que significa.

DECISÃO:

"APÓS O VOTO DO RELATOR E DO DES. JOSÉ IVO NEGANDO PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, ADIADO O JULGAMENTO A PEDIDO DE VISTA DO DES. BANDEIRA DE MELLO".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, IMPROVEU-SE O REGIMENTAL."
